



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA DE VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.-----

----Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mortágua.-----

----Depois de saudar todos os presentes, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, e deu o uso da palavra ao 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de que esta verificasse a presença dos Membros da Assembleia Municipal.-----

----Efetuada que foi a chamada verificou-se que:-----

----O Membro Nelson António Rodrigues Filipe, eleito pelo PS, apresentou justificação de falta por escrito, por motivo profissional e foi substituído, nos termos dos artigos 7.º e 10.º do Regimento da Assembleia Municipal, por Pedro Filipe Matos Martins, que se encontrava presente.-----

----O Presidente da Assembleia informou que nos termos da alínea j), do n.º1 do artigo 18.º do Regimento a Mesa considerou justificadas as faltas dos membros.-----

----Iniciou-se de seguida a apreciação e discussão da Ordem de Trabalhos, com a consecução do Período de Antes da Ordem do Dia:-----

----**PONTO UM: Apreciação e votação da ata da ordinária realizada a trinta de junho de dois mil e vinte e três:**-----

----Foi dispensada a leitura da ata uma vez que a mesma foi enviada a todos os membros, assim colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade, a ata da sessão ordinária realizada em trinta de junho de dois mil e vinte e três.-----

----Conforme dispõe o n.º 3, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo, devido ao facto de não terem estado presentes naquela sessão, não participaram na votação da ata os Membros Celso Gomes Portugal Rosa e Daniel José Cruz Conde de Matos.-----

---- **PONTO DOIS: Leitura do Expediente:** -----

----O Presidente da Assembleia acusou ainda a receção do ofício datado de 15 de setembro, de Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas S.A. a remeter o Relatório de Auditoria Semestral – Informação sobre a situação Económica e Financeira do Município de Mortágua.-----

----O Presidente da Assembleia deu ainda conhecimento do Despacho da Mesa da Assembleia Municipal, datado de 22 de setembro de 2023, em que, na sequência do ofício referência 1537 de 21/09/2022, do Presidente da Câmara a solicitar a inclusão dos pontos na Ordem de Trabalhos da presente sessão, determinou admitir as propostas para apreciação e eventual



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the date '2/9' and a signature.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aprovação deste Órgão.-----

----- PONTO TRÊS: Outros assuntos de interesse para o Município:-----

-----Solicitados, pelo Presidente da Assembleia, os membros a pronunciarem-se sobre assuntos de inserção neste ponto, e após o período de inscrição realizado nos termos do Regimento.-----

-----O Senhor Presidente interveio de seguida para informar que decorrido um ano e meio, com a ajuda de todos, a transferência de competências na área da educação e designadamente a transição dos trabalhadores para a autarquia, foi um processo tranquilo – tal como o trabalho que até ao momento tem vindo a ser feito, permitindo assim que não haja interferências no normal funcionamento das atividades escolares e no processo ensino-aprendizagem dos alunos mantendo a excelente relação institucional existente entre ambas instituições ao serviço de um interesse maior que é a elevar a educação e qualificação das gentes do nosso território.-----

-----Deu conhecimento que as verbas transferidas pelo Governo no âmbito da transferência de competências no domínio da Educação suportavam na integra as despesas inerentes ao seu desenvolvimento .-----

-----Informou também que ocorreu a um de setembro corrente a transferência de competências no domínio da Saúde para os Órgãos Autárquicos e para as entidades intermunicipais, tendo transitado para o Município três assistentes operacionais, tendo entretanto sido aposentado um e outro requerido a aposentação.-----

-----Da reunião realizada a treze de setembro corrente com a ARS Centro e a ACES Baixo Mondego, e na qual foram tratados os assuntos sobre: -----

-----A necessidade recrutamento de assistentes operacionais para o Centro de Saúde, uma vez que neste momento somente existem 2 ao serviço; -----

-----A condução das viaturas afetas ao Centro de Saúde cuja titularidade passou com a transferência de competências para o Município, disponibilizando-se os motoristas do mapa de pessoal da Câmara para as conduzir; -----

-----Problemas existentes que são de responsabilidade do Ministério da Saúde, e que tem de ser resolvidos imperiosamente face à lacuna existente, designadamente: esterilização; Dentista; Psicóloga; Imagiologia.-----

-----No âmbito da concretização da transferência de competência para o município foi requerida uma auditoria aos diversos equipamentos existentes no Edifício do Centro de Saúde que passaram a ser de responsabilidade do Município podendo agora assim aferir o real estado em que os mesmos se encontram. O respetivo relatório da auditoria concluiu a inexistência de contratos de prestação de serviços para a sua manutenção/conservação e reparação, tendo sido remetido o mesmo ao Ministério da Saúde, à ARS Centro para conhecimento e tratamento, sendo



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

este um assunto que carecia de tratamento urgente.-----

----Informou também que em princípio até ao final do ano o horário de funcionamento do Centro de Saúde de Mortágua seria reposto.-----

----Saliou que o processo de descentralização reforça as competências das autarquias locais, tendo em conta o melhor interesse dos cidadãos e que procuram da parte da Administração Pública uma resposta mais ágil, eficiente e próxima e que o Município assumiu todas as competências previstas neste processo, numa atitude clara e inequívoca de confiança na capacidade de fazer melhor através de uma política de proximidade.-----

----De seguida fez uma síntese das ações desenvolvidas pelo Município no âmbito da eficiência energética e o esforço que os serviços estavam a fazer para mitigar as despesas inerentes ao consumo de energia elétrica, de gás e de fornecimento de água, dada a escalada de preços registadas desde o início de 2022, em consequência da crise energética.-----

----Registando-se em consequência das medidas tomadas uma poupança em 2023 de mais de trezentos mil euros no consumo de energia elétrica e de trinta e dois mil euros no consumo de gás. E no referente ao consumo de água na rega dos espaços verdes e ajardinados públicos e dos equipamentos sócio educativos municipais verificou-se uma redução de custos em mais de metade decorrente da reutilização de águas pluviais e reativação de captações próprias.-----

----Deu também conhecimento que foi divulgado, na véspera da presente sessão, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2022, que é da responsabilidade do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, e o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados e do Tribunal de Contas.-----

----O Anuário Financeiro analisa a situação das Contas dos Municípios e a sua evolução, constituindo um documento de referência da contabilidade autárquica.-----

----De acordo com aquele Anuário Financeiro o Município de Mortágua está entre os 100 melhores Municípios Portugueses (no total são 308) em eficiência financeira, cuja classificação resulta do somatório da pontuação obtida na análise de um conjunto de indicadores económico-financeiros.-----

----Considerando o universo dos Municípios de Pequena Dimensão (são 188 no total), Mortágua é o 13º Município mais bem posicionado neste ranking, tendo subido 19 lugares em relação ao ano transato e três lugares em relação a 2020 e 2019.-----

----Em termos de ranking distrital, Mortágua é o 2º melhor classificado entre os 24 Municípios do distrito de Viseu.-----

----Para esta classificação no ranking global (nacional e distrital) contribuiu a boa pontuação obtida na análise de vários indicadores e rácios que serviram de base para a ordenação final.---



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and the initials 'J.M.' below it.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O Município de Mortágua posicionou-se:-----
-----No 2º lugar entre os Municípios com maior aumento do Orçamento relativamente ao ano anterior, registando um crescimento de 57,1%.-----
-----No 5º lugar entre os Municípios com melhor Índice de Liquidez. Este indicador revela que o Município tem uma boa capacidade para saldar os seus compromissos a curto prazo.-----
-----No 28º lugar entre os Municípios com maior diferença positiva entre o grau de execução de receita liquidada e o grau de execução da despesa comprometida, o que demonstra preocupação com o equilíbrio e o rigor das contas.-----
-----No 31º lugar entre os municípios com menor Passivo Exigível (o mesmo é dizer dívida), tendo havido até uma redução de 12,8% face ao ano anterior.-----
-----Por fim salientou esta classificação atribuída pelo Anuário Financeiro é motivo de satisfação e orgulho para o Município, e traduz que é feita uma gestão rigorosa, exigente e equilibrada dos recursos financeiros disponíveis, sabendo que os recursos são sempre limitados face às necessidades correntes e de investimento, e que não podemos gastar o que não temos. Achando que também é motivo de satisfação para os Mortaguenses saberem que vivem num município que tem boas contas e que honra os seus compromissos em tempo útil.-----
-----Deu também conhecimento que: a proposta do Plano de Pormenor da 2ª. Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira estava em elaboração, estando a ser desenvolvidos os projetos das respetivas infraestruturas, e o processo de negociação dos terrenos necessários; o processo da Previsão do PDM foi objeto de reunião de concertação das Entidades para emissão de parecer final, sendo posteriormente submetido a discussão pública.-----
-----O Membro Manuel Marques Pereira interveio para solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que facultasse o mapa que apresentou da receita e da despesa inerente à transferência das competências no domínio da Educação. Tendo o Senhor Presidente da Câmara anuído que o mapa seria facultado.-----
-----O Membro Manuel Marques Pereira questionou de seguida o facto de ter sido recebida a competência sem que tenha sido salvaguardado as despesas inerentes aos investimentos necessários a realizar nos equipamentos escolares.-----
-----O Presidente da Câmara respondeu que o Agrupamento de Escolas reportava à DGEST mas Ministério definia as prioridades.-----
-----Após a transferência de competência foi identificada como intervenção prioritária a Requalificação da Escola Secundária Dr. João Lopes de Morais tendo sido comunicado à ANMP, constando já do mapeamento de financiamento do Ministério da Educação.-----
-----Verifica-se no entanto que os Municípios não tem capacidade técnica e financeira para fazer



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

estudos e projetos, uma vez que têm que participar uma parte que ronda os 30%.-----
-----Uma outra forma de financiamento seria a da CIM Região de Coimbra desenvolver o processo contratual de todos os Projetos dos Município que tem escolas mapeadas com intervenções prioritárias .-----
-----Referiu que a decisão de construir o coberto na Escola Básica Dr. Afonso Abante tinha sido unicamente do Município, esperando que tenha financiamento em overbooking.-----
-----Entendeu fazer a intervenção do Pavilhão da Escola Secundária uma vez que estava bastante danificado, estando a provocar problemas aos utilizadores. Perante as situações por vezes tinha-se que tomar decisões urgentes de forma a resolver as mesmas e posteriormente procurava-se financiamento para as mesmas.-----
-----De seguida interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pala para no âmbito de transferência das Competências questionar se existia um bom diálogo com os órgãos de gestão do uma vez que na avaliação de desempenho tem de existir contacto com o avaliado.-----
-----O Senhor Presidente da Câmara respondeu que sempre existiu diálogo com os Órgãos de Gestão quer pelo Presidente da Câmara quer pelo Vereadores do Pelouro. A avaliação de desempenho é pelo feita pelos encarregados, e no caso da Saúde chamado ao processo o Coordenador do Centro de Saúde dado o contacto funcional que têm com os assistentes operacionais .-----
-----Usou da palavra o Membro Marília de Abreu Ferreira Melo de Sousa para fazer a seguinte intervenção: “Dois anos se passaram sobre a tomada de posse deste executivo. Entende o movimento de cidadãos eleitores independentes Renovar Mortágua que é altura de fazer um balanço da primeira metade deste mandato autárquico.-----
-----Permita-me Senhor Presidente começar apenas por elencar as sete medidas que a vossa candidatura, a Melhor Mortágua, chamou como medidas imediatas:-----
-----levantamento de suportes de divulgação existentes em cada um dos pontos turísticos ou com potencial turístico e acionar um plano para substituição e aplicação de novos,-----
----- trabalho em rede com operadores locais para programas temáticos regulares que combinem as diferentes ofertas turísticas do concelho,-----
-----dotar o posto de turismo de serviço de informação 24 horas, através de ecrãs tácteis exteriores,-----
----- novos percursos pedestres e trilhos,-----
----- novos percursos de BTT, Trail e operacionalizar o Centro de apoio BTT,-----
----- pistas de pesca na ribeira de Mortágua e/ou na Albufeira da Barragem da Agueira,-----
----- melhorar a aplicação móvel Mortágua. Aqui, acompanhando estas melhorias de uma



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

campanha eficaz para a sua divulgação.-----

-----Convenhamos Sr. Presidente, não sabemos o que o Sr. Presidente entende por imediato, mas dois anos depois continuamos a aguardar a efetiva concretização da grande maioria destas medidas. Certamente que estas medidas, por vós classificadas como imediatas, (e antecipando já a sua resposta) estão a ser alvo de um estudo exaustivo que impediu a sua imediata concretização conforme prometido na campanha eleitoral, e que esse estudo ainda estará a decorrer. -----

-----A verdade é que não é preciso realizar nenhum estudo para perceber que foram dois anos que se perderam no desenvolvimento de Mortágua, na qualidade de vida das suas gentes e no desenvolvimento do tecido empresarial de Mortágua.-----

-----Além do compromisso com os nossos eleitores e com os mortaguenses em geral, é um dever nosso enquanto oposição responsável questionar este executivo sobre algumas promessas eleitorais:-----

-----Por que motivos os mortaguenses ainda não têm a prometida da viatura de saúde a percorrer o concelho?-----

-----Por que motivo ainda não tem o prometido serviço itinerante de serviços municipais?-----

-----Por que motivo ainda não temos o prometido gabinete de apoio aos presidentes de junta de freguesia?-----

-----Convenhamos Sr. Presidente que 2 anos de mandato já foram suficientes para “arrumar a casa”, como algumas vezes aqui referiu nesta assembleia e para que os estudos exaustivos já tenham mostrados resultados.-----

-----Mais Sr. Presidente, volvidos que estão 2 anos deste mandato, questionamos ainda o seguinte:-----

-----Estão a decorrer algumas negociações com as Águas do Planalto, quanto à prometida baixa do preço da água e da taxa de disponibilidade?-----

-----No que à Barragem do Lapão diz respeito, continuamos a aguardar a solução, até quando?-----

-----Continuamos a aguardar uma solução para o sistema de regadio da Barragem de Macieira, sendo que a Junta de Freguesia de Pala continua a fazer obras de manutenção no sistema existente, obras essas que são responsabilidade da Câmara, mas que a Junta assume que é melhor fazer do que ficar à espera do governo central ou do município.-----

-----Sr. Presidente, bem sabemos que os ciclos eleitorais ditam que a maioria das obras se façam apenas no último ano de mandato, altura em que é preciso mostrar trabalho, no entanto as manobras eleitoralistas não se coadunam com o desenvolvimento de Mortágua.-----

-----Mortágua e o Mortaguenses merecem mais e atrevo-me a fazer minhas as vossas palavras,



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mortágua merece melhor”-----

----- O Senhor Presidente respondeu de seguida para dizer que na reunião realizada em Lisboa com Entidades do Governo foram tratados os assuntos: Relativamente à Barragem de Macieira e Regadio tinha ficado definido que Município não estava disponível para fazer o que o anterior executivo se comprometeu de assumir o projeto e acompanhamento da obra física, tem de ser o governo a promover a revisão do projeto; -----Quanto à Barragem do Lapão a solução técnica do LNEC aconselhava a ser executada, aguardando o desenvolvimento do processo;-----

-----Relativamente aos Nós do IP3 o assunto foi abordado, continuando a aguardar serem incluídos na obra de requalificação do IP3.-----

-----Assim os assuntos da Barragem de Macieira e Regadio; Barragem de Macieira; Faixas de aceleração e desaceleração diligenciou junto do Governo no sentido de terem andamento.-----

-----No que dizia respeito ao abastecimento público de água tinham sido encetadas negociações com as Águas do Planalto, carecendo no entanto de análise técnica tendo para o efeito a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão adjudicado de assessoria técnica para elaboração de estudo, que será certamente no momento oportuno apresenta a este Órgão Deliberativo Municipal. -----

-----Referiu que a proposta para aumentar a capacidade de armazenamento de água da Barragem do Paul tinha merecido parecer desfavorável da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, exigindo um estudo de viabilidade para um período temporal de 100 anos, inviabilizando assim aquele investimento. E deste modo iria ser feita a requalificação da ETA e da captação da Aguieira, transferindo assim o investimento para esta intervenção.-----

-----Quanto ao serviço itinerante de serviços municipais, era necessário recrutar o funcionário e também se aguardava o financiamento para a compra da viatura e respetivo equipamento/computadores e software.-----

-----No respeitante ao gabinete de apoio aos Presidentes de Junta de Freguesia era necessário o funcionário com perfil adequado para aqueles serviços, e no momento o Município só disponho de um que reunia as condições necessário mas estava a assegurar o apoio às obras da Câmara Municipal. No entanto as Juntas de Freguesia sempre que solicitado tinham o apoio necessário por parte dos diversos serviços do município.-----

-----No referente à Viatura Móvel da Saúde era necessário afetar técnico(s) especializados àquele serviço não dispondo o Ministério da Saúde/ARSC de qualquer um para o efeito.-----

-----A criação pistas de pesca na ribeira de Mortágua e/ou na Albufeira da Barragem da Aguieira, estava em elaboração o Estudo Prévio do Espaço da Água no Valongo/Albufeira da Aguieira, a ser submetido à APA.-----



Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a large flourish and the number '112'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Relativamente aos Percursos Pedestres, de Trail e BTT não tinham sido criado qualquer outro novo, a que acrescia ser muito difícil a fazer manutenção dos existentes devido à falta de recursos humanos .-----

-----Salientou que os Serviços Municipais tinham uma grande carência de recursos humanos, estando em desenvolvimento o procedimento para recrutamento de pessoal operário necessário à criação de equipas por área de atividade, com o seja de limpeza de bermas e valetas, para execução de plano anual. -----

-----No que dizia respeito ao posto de turismo este vai passar para a Casa Lobo, tem uma única Técnica afeta ao mesmo que desenvolve um excelente trabalho, e entende não ser exequível serviço de informação turística 24 horas.-----

-----De seguida usou da palavra o Membro Susana Margarida Ferreira Antunes para fazer a seguinte intervenção: "Os Encarregados de Educação dos alunos que frequentam a Escola Básica Drº Afonso Abrantes, desde a passada segunda-feira, dia 25 de setembro, passaram a entregar e a rececionar os seus educandos na rua da Cerâmica, na vulgarmente designada rua da Creche. Esta alteração na circulação prende-se com o início das obras de prolongamento do telheiro e a construção de abrigos para embarque e desembarque das crianças que frequentam a referida escola.-----

-----Ora, ainda que seja de louvar a construção deste telheiro, tendo em conta o objetivo da sua construção, para o grupo de cidadãos Renovar Mortágua, é questionável a solução encontrada. No passado, esta alternativa revelou-se praticável, aquando da Mortágua Florestal ou, nos anos anteriores, da ExpoMortágua que, como sabeis, dura cerca de uma semana. Contudo, tratando-se de uma obra com a duração prevista de cento e vinte dias, não acha que deveria ter sido pensada outra opção? Será que, pesadas as vantagens e desvantagens, tomadas as devidas precauções nas zonas limítrofes da obra, designar outro local para entradas e saídas de crianças não constituiria um incómodo menor a pais, avós e familiares, que diariamente vão buscar os nossos alunos a este estabelecimento escolar? Será que, por exemplo, o portão que agora é aberto aos alunos transportados não poderia ser a passagem para todos os alunos? E, já agora, qual a justificação para o atraso na execução deste alpendre? Qual foi o impedimento que obstou a aproveitar a maior pausa letiva como a que acontece entre um ano letivo cessante e o seguinte, para a concretização desta obra? Bem sabemos que desde o dia 30 de junho ao dia 14 de setembro não distam 120 dias, contudo reduziria substancialmente os dias de transtorno causado às famílias Mortaguenses.-----

-----Aliás, transcrevendo notícia da edição do dia onze de maio do Jornal do Centro, "O contrato de construção foi assinado esta semana pela autarquia e pelo empreiteiro." Relembro que este



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and the initials 'MS' and 'JM'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

contrato foi publicado a nove de maio na plataforma designada para o efeito. E, continuando a leitura da mesma notícia, adianta-se que “A obra deverá estar concluída antes do próximo ano letivo, altura em que deverá estar aberto o relvado sintético que também está a ser construído na mesma zona (...)”. Ora, quatro meses volvidos, nem “alpendre”, nem relvado sintético, e o novo ano letivo já completa hoje duas semanas.-----

-----Por fim, não podemos ignorar os transtornos sentidos pelos pais e familiares dos utentes da Creche da Santa Casa da Misericórdia que, naturalmente, vêm a facilidade de estacionamento e a tranquilidade que pairava naquela rua completamente alteradas, aquando da entrega ou do reencontro com os seus meninos e meninas. Obrigado”.-----

-----De seguida o Membro Carlos Eduardo Araújo Diogo usou da palavra para fazer um balanço aos dois anos de mandato do Executivo eleito pelo PS, realçando as ações e projetos realizados.-

-----O Senhor Presidente da Câmara interveio de seguida começando por agradecer as palavras do Membros, dizendo que o balanço positivo de dois anos de mandato fá-lo com a contribuição de todos.-----

----- Relativamente à intervenção do Membro Susana Margarida Ferreira Antunes disse que a procedimento de adjudicação da obra em execução do alpendre da Escola Básica Dr. Afonso Abrantes, teve alguns constrangimentos foi necessário proceder à sua abertura duas vezes pelo facto de ter ficado deserto, e posteriormente sofreu atrasos devido à falta de material no mercado, a solução encontrada de acesso à escola foi em concordância com o Agrupamento de Escolas considerada a melhor.-----

-----O Membro Luis Miguel de Sousa Dias usou da palavra para congratular a forma como decorreu a Edição 2023 da MORTÁGUA VIVA, felicitando a organização e o trabalhadores da Câmara e as Associações envolvidas que permitiram fosse mais um sucesso.-----

-----O Presidente da Câmara de Mortágua usou da palavra para dizer que a MORTÁGUA VIVA é realizada com o objetivo de ser uma festa para os Mortaguenses, com envolvimento de toda a comunidade e visitantes. Os concertos realizadas, que o Município promove gratuitamente às pessoas, foram escolhidos de forma a abranger todas as faixas etárias, existindo neste novo modelo do evento espaços temáticos, para as famílias e crianças e jovens.-----

-----O Vereador Nuno André Rodrigues Faustino interveio para dizer que evento tem um novo formato, no entanto não sabia se esta edição teve mais pessoas que a de 2019 os dois modelos não são opostos, as tasquinhas não precisam de cartaz, no entanto é preciso um bom cartaz de concertos para a ação ser atrativa.-----

-----O Membro Óscar Miguel Seabra Gomes usou da palavra para dizer que era evidente que com outro tipo de bandas ter-se-ia mais público, mas restava saber se se queria mais público.--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O Senhor Presidente da Câmara interveio para deixar público agradecimento e reconhecimento a todos os que colaboraram e contribuíram para o êxito da “Mortágua Viva'2023”, aos trabalhadores e colaboradores do Município. O êxito das festas, é preciso dizê-lo, só é possível graças à dedicação, ao empenho e ao esforço de todos os que colaboraram na sua realização, com o intuito de proporcionar momentos de satisfação e alegria aos Mortaguenses e a todos os que nos visitaram.-----

-----Assim, terminado o Período de Antes da Ordem do Dia passou-se de imediato ao Período da Ordem do Dia.-----

-----**PONTO UM: Apreciação da informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal:**-----

-----O Presidente da Câmara procedeu nos termos do n.º1 do artigo 64.º do Regimento da Assembleia Municipal à apresentação da informação sobre a atividade municipal no período que decorreu desde a última sessão.-----

-----Terminada a intervenção, de seguida o Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para referir que em relação ao Centro de Saúde que teve acesso a um relatório em que se verificava que não existia qualquer manutenção no sistema de ventilação/aquecimento, avarias nas máquinas de lavar, autoclave sem qualquer intervenção desde 2019.-----

-----O funcionamento e manutenção do Centro de Saúde tinha-se degradado mais desde a integração na ARS Coimbra. O Governo devia ser pressionado a fazer as intervenções necessárias antes de proceder à transferência de competências.-----

-----A redução de horário de funcionamento devia-se à falta de pessoal clínico, uma vez que os médicos não se fixavam em Mortágua, e as médicas jovens por norma quando venham para Mortágua ficavam de baixa devido a gravidez de risco.-----

-----Entendia que devia existir uma alteração legislativa de forma a fixar os médicos no mínimo por um período de 5 anos aos Centros de Saúde.-----

-----**PONTO DOIS: Relatório de Auditoria – Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município – 1.º Semestre de 2023:**-----

-----O Presidente da Assembleia informou que nos termos da Lei n.º 73/2013, das Finanças Locais da Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas S.A. remeteu à Assembleia Municipal o Relatório de Auditoria Financeira ao Município sobre a situação Económica e Financeira do Município de Mortágua relativo ao exercício do 1.º semestre de 2023, que fica arquivado na pasta da presente sessão, e que foi remetido a todos os Membros juntamente com os restantes documentos.-----

-----O Presidente da Câmara informou que o Relatório registava um aumento de despesa com



Handwritten signatures and dates, including '21/9' and '22/9'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

serviços externos, e tal facto era consequência da transferência de competências e da escalada de preços que se regista desde o início de 2022, como o seja o fornecimento da eletricidade aos equipamentos e infraestruturas municipais que tem vindo sofrer alterações de valor incomportáveis, prevendo-se no início do próximo ano lançar o procedimento contratual ao abrigo do acordo quadro da CIM _RC, de forma a mitigar a despesa inerente.-----

----A Assembleia apreciou e tomou conhecimento do Relatório de Auditoria – Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município – 1.º Semestre de 2023.-----

----PONTO TRÊS: Apreciação, discussão e votação da Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal para o ano de 2023– 4ª. Revisão:-----

----O Presidente da Câmara justificou a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, e que foi enviado a todos os membros, pelo facto de que em consequência da transferência de competências, havia a necessidade de inscrever e dotar novas rubricas quer na receita, quer na despesa, bem ajustar a dotação em algumas rubricas da despesas.-----

----Assim, depois de apreciado foi o documento colocado à votação, e aprovado, por unanimidade, a Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano para o ano de 2023 – 4ª. Revisão.-----

----PONTO QUATRO: Apreciação, discussão e votação da Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano para o ano de 2023 – 4ª. Revisão:-----

----O Presidente da Câmara justificou a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, e que foi enviado a todos os membros, pela necessidade de se proceder ao reforço e inscrição como plurianuais projetos das GOPs por forma a salvaguardar a continuidade e financiamento dos mesmos em anos futuros.-----

----Assim, depois de apreciado foi o documento colocado à votação, e aprovado, por unanimidade, a Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano para o ano de 2023 – 4ª. Revisão.-----

----Ponto Cinco Apreciação, discussão e votação da Proposta da 2ª. Alteração do Mapa de Pessoal de 2023:-----

----O Presidente da Câmara informou que nos termos do artigo 29.º n.º 4.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, cabe à Assembleia Municipal a aprovação e alteração do mapa de pessoal.-----

----Tendo em atenção as competências das unidades orgânicas previstas na organização



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Municipal, bem como as transferências de competência do domínio da Educação e da Saúde para o Município foi elaborada a proposta da modificação ao mapa de pessoal do Município de 2023, que dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta da presente sessão -----Assim não havendo qualquer outro pedido de esclarecimento foi o documento posto a votação e foi aprovado, por unanimidade, a 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023.-----

----PONTO CINCO: Apreciação, discussão e votação da Proposta de Fixação de Taxas a Aplicar na Derrama nos termos do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:-----

----O Presidente da Câmara prestou algumas informações sobre a proposta, que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada no processo da presente sessão, referindo que se traduz na aplicação da taxa de um por cento para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a cento e cinquenta mil euros a aplicar, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC e de zero por cento para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior inferior a cento e cinquenta mil euros (150.000,00).-----

----Como não se registou qualquer pedido de intervenção procedeu-se à votação, e foi aprovado por unanimidade fixar a taxa de zero por cento (0,01%) de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano económico de 2023 que não ultrapasse cento e cinquenta mil euros (150.000,00€) e a taxa de um por cento (1%) de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros (150.000,00€), e a cobrar em 2024.-----

----PONTO SEIS: Apreciação, discussão e votação da Proposta de Fixação de Taxas do Impostos Municipal sobre Imóveis artigo 112.º e 112.º-A do CIMI:-----

----O Senhor Presidente da Câmara explicitou a proposta, que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada no processo da presente sessão, pelo facto de nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) ser necessário proceder à fixação e das taxas a aplicar sobre os prédios urbanos e a cobrar no ano de 2024, bem como à redução/minoração/majoração, nos termos do preceituado nos artigos 112.º e 112.º-A do CIMI, por forma a que seja comunicada à Direção Geral dos Impostos, propondo, à semelhança de anos transatos, a fixação do valor mínimo de IMI.-----

----Assim, e como não houve qualquer outro pedido de intervenção, passou-se de imediato à votação da proposta e foi aprovado, por unanimidade, a Fixação de Taxas do Impostos Municipal sobre Imóveis artigo 112.º e 112.º-A do CIMI, a cobrar em 2024.-----



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----PONTO SETE: Apreciação, discussão e votação da Proposta de Fixação da Percentagem do IRS Pretendido pelo Município nos termos do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:-----

----O Presidente da Câmara explicitou a proposta que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivada na pasta da presente sessão, referindo que nos termos da Lei os municípios tem direito a uma participação variável até cinco por cento no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, e que tendo em vista aliviar a carga fiscal dos munícipes, que nos dias de hoje já veem os seus orçamentos familiares tão asfixiados, proponha-se a fixação daquela participação em zero por cento (0,0%), o que corresponderá a uma redução de cem por cento (100%) da receita que seria arrecadada pela Câmara, a qual reverterá a favor dos sujeitos passivos.-----

----Como não se registou qualquer pedido de intervenção, procedeu-se à votação e foi aprovado, por unanimidade, fixar em zero por cento a percentagem do IRS pretendida pelo Município o nos termos do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no ano de rendimentos de 2024.-----

----PONTO OITO: Apreciação, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa Municipal do Direito de Passagem:-----

----O Senhor Presidente da Câmara prestou mais algumas informações sobre a proposta que se dá aqui por integralmente reproduzida, ficando arquivado no processo da presente sessão, salientado que a fixação em zero vírgula cinco por cento (0,25%) da Taxa Municipal de Direito de Passagem prevista na Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro, irá ser suportada pelas empresas do setor que fornecem os serviços.-----

----Depois de prestados esclarecimentos à Assembleia foi a proposta colocada à votação e aprovada, por unanimidade, a Fixação em 2023 da Taxa Municipal do Direito de Passagem (TMDP) artigo. 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro, em zero vírgula vinte e cinco por cento (0,25%).-----

----Ponto Dez: Listagem de Compromissos Plurianuais – Autorização Genérica Prévia da Assembleia Municipal – -----

----A Assembleia tomou conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos no âmbito da autorização genérica aprovada pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de 23/12/2022.-----



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Ponto Onze: Concretização da Descentralização de transferências para os Município na área da Saúde Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – Auto de Transferência n.º 38/2023, celebrado entre o Ministério da Saúde, a Administração Regional do Centro, IP e o Município de Mortágua – Para conhecimento.-----

----- No âmbito do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, relativo à transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde e por forma a dar cumprimento ao seu artigo 20.º, foi presente o Auto de Transferência, enviada pelo Gabinete do Ministro da Saúde, sediado na Avenida João Crisóstomo, n.º 9, 6.º andar, em Lisboa, a celebrado conjuntamente com o Ministério da Saúde e a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P e o Município de Mortágua a fim de concretizar a transferência, para este Município, das competências previstas no artigo 2.º, do referido diploma legal, a partir de 1 de setembro de 2023, e que prevê, um envelope financeiro no montante de cento e trinta mil trezentos e sessenta e oito euros e noventa e um euros (130.368,91€).-----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

-----Ponto Doze: Eleição de 1 Presidente de Junta de Freguesia e seu Suplente para representar as Freguesias do Concelho no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses:-----

-----O Senhor Presidente informou que era necessário nos termos do Regulamento do Congresso da Associação Nacional de Municípios, a realizar no dia 30 do corrente mês.-----

-----Assim, tendo sido apresentada uma única lista pelo Partido Socialista e submetida a votação, foram eleitos por escrutínio secreto e por maioria, com 20 votos a favor e 2 votos em branco, como efetivo o Presidente da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça e como seu suplente o Presidente da Junta de Freguesia de Trezoi.-----

-----Ponto Treze: Renovação de mandato na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mortágua (al. I) do art.º 17.º da Lei 147/99, de 01/09) de cidadãs eleitoras designadas pela Assembleia Municipal:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mortágua, tinha comunicado através de e-mail de 4 de julho último que as cidadãs Josiana Maria Marques Ferreira e Ana Mafalda Pardal Marques Vicente designada por esta Assembleia a 29 de Junho de 2020, tinham terminado o mandato a 29 de junho de 2023, solicitava que este Órgão informasse se pretendia renovar o mandato ou proceder à sua substituição.-----

-----Depois de apreciado o assunto foi aprovado, por unanimidade, a renovação do mandato. Jovens de Mortágua de duas cidadãs eleitoras designadas pela Assembleia Municipal -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção destinado ao público presente, não se tendo, no entanto, verificado qualquer pedido.-

-----Finalmente, foi lida a ata em minuta que, após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários.-----

Two handwritten signatures in black ink. The top signature is more stylized and appears to be 'J. Carlos Pereira'. The bottom signature is more legible and appears to be 'Jorge Pereira'.